

Pedro Henrique Costa de Oliveira

Direito Eleitoral ANTIDISCRIMINATÓRIO

Jurisdição eleitoral e a participação política dos
grupos minorizados no processo eleitoral brasileiro

Pedro Henrique Costa de Oliveira



DIREITO ELEITORAL ANTIDISCRIMINATÓRIO

Jurisdição eleitoral e a participação
política dos grupos minorizados no
processo eleitoral brasileiro

Prefácio

Marilda de Paula Silveira

Apresentação

Juliana Rodrigues Freitas

Área específica

DIREITO ELEITORAL.

Áreas afins do livro

DIREITO CONSTITUCIONAL.

Palavras-chave

DIREITO ELEITORAL ANTIDISCRIMINATÓRIO.
JUSTIÇA ELEITORAL INCLUSIVA. GRUPOS
MINORIZADOS. IGUALDADE POLÍTICO-ELEITORAL.
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Direito Eleitoral Antidiscriminatório apresenta, em linguagem clara e rigor analítico, como TSE e STF enfrentaram, entre 2017 e 2024, os dilemas da inclusão no processo político brasileiro, examinando decisões sobre cotas de gênero, candidaturas negras e indígenas e o uso do nome social por pessoas trans. O livro demonstra por que a igualdade meramente formal fracassa e defende uma justiça eleitoral orientada por critérios antidiscriminatórios, combinando teoria, políticas públicas e análise jurisprudencial para revelar avanços, limites e contradições do sistema. A obra parte de um diagnóstico histórico das vulnerabilidades brasileiras, adota lentes interseccionais e organiza a discussão em quatro eixos, do conceito de vulnerabilidade à gramática de uma justiça eleitoral inclusiva. A pergunta que move o texto é direta – a Justiça Eleitoral julga de modo efetivamente inclusivo? – e a resposta interessa a juristas, pesquisadores, campanhas e quem litiga estrategicamente por participação política dos grupos minorizados no processo eleitoral.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 4497

O48d	Oliveira, Pedro Henrique Costa de Direito eleitoral antidiscriminatório: jurisdição eleitoral e a participação política dos grupos minorizados no processo eleitoral brasileiro / Pedro Henrique Costa de Oliveira. Belo Horizonte: Fórum, 2026. 186p. 14,5x21,5cm ISBN impresso 978-85-450-1003-6 ISBN digital 978-85-450-1007-4 1. Direito eleitoral antidiscriminatório. 2. Justiça eleitoral inclusiva. 3. Grupos minorizados. 4. Igualdade político-eleitoral. 5. Participação política. I. Título. CDD: 342.07 CDU: 342.8
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OLIVEIRA, Pedro Henrique Costa de. *Direito eleitoral antidiscriminatório: jurisdição eleitoral e a participação política dos grupos minorizados no processo eleitoral brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2026. 186p. ISBN 978-85-450-1003-6.

Pedro Henrique Costa de Oliveira

Doutor em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Especialista em Direito Eleitoral (IDP) e em Direito Público (PUC Minas). Membro-fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Autor do livro *Direito Eleitoral e Igualdade: a proteção dos direitos político-eleitorais das mulheres*. Advogado.

PREFÁCIO	
Marilda de Paula Silveira	15
APRESENTAÇÃO	
Juliana Rodrigues Freitas	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
A FORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE GRUPOS MINORIZADOS NO BRASIL	29
1.1 O estabelecimento da condição de vulnerabilidade e o surgimento de grupos minorizados na sociedade brasileira	29
1.2 As múltiplas dimensões conceituais de vulnerabilidade e sua diferenciação da concepção de risco	34
1.3 Vulnerabilidade social e a formação de grupos minorizados na sociedade brasileira	40
1.3.1 A cidadania social para grupos minorizados: a relevância e limitações da ordem constitucional de 1988 para a participação política	44
1.4 Desenvolvimento de políticas públicas de inclusão e garantia de participação dos grupos minorizados no processo institucional brasileiro.....	48
CAPÍTULO 2	
IGUALDADE, DEMOCRACIA E CIDADANIA: POR UMA CONCEPÇÃO INCLUSIVA DOS GRUPOS MINORIZADOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	57
2.1 O aspecto multifacetado de igualdade: a superação de uma compreensão meramente formal.....	57
2.1.1 A igualdade jurídico-formal e sua insuficiência para a concretização dos direitos de minorias	61
2.1.2 As múltiplas dimensões da igualdade na busca de uma cidadania desejável: a participação política de minorias para além da concepção formal de igualdade.....	67
2.2 Igualdade político-eleitoral, democracia e participação política dos grupos minorizados	79
2.3 Democracia, igualdade e políticas públicas: mecanismos de inclusão e efetivação de direitos para grupos minorizados	83
2.3.1 A relação entre desigualdade, discriminação e democracia	83
2.3.2 A participação política enquanto instrumento de concretização de políticas públicas para os grupos minorizados	87
CAPÍTULO 3	
DO DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO AO DIREITO ELEITORAL ANTIDISCRIMINATÓRIO	95
3.1 O Direito Antidiscriminatório: aspectos e definições.....	96
3.1.1 A construção do conceito de Direito Antidiscriminatório: uma análise histórica e conceitual	96
3.1.2 Fundamentos do Direito Antidiscriminatório para a consolidação de uma sociedade democrática.....	105
3.1.3 O Direito Antidiscriminatório como mecanismo de reinterpretação do Direito para inclusão de grupos minorizados.....	115

3.2	A perspectiva antidiscriminatória aplicada ao direito político-eleitoral.....	121
3.2.1	O papel da Justiça Eleitoral e do Direito Político-Eleitoral para a conformação de uma compreensão de cidadania igualitária e de justiça inclusiva.....	122
CAPÍTULO 4		
JUSTIÇA ELEITORAL INCLUSIVA E GRUPOS MINORIZADOS:		
A (IN)OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS DE DIREITO		
ANTIDISCRIMINATÓRIO PELO PODER JUDICIÁRIO ELEITORAL.....		
4.1	A gramática da justiça eleitoral inclusiva e antidiscriminatória: uma proposta de análise.....	132
4.2	Fraude à cota de gênero e cassação de mandatos eletivos de mulheres que não concorreram para o ilícito	139
4.2.1	As contradições das decisões judiciais e a inobservância de critérios de perspectiva de Justiça Eleitoral Inclusiva e Antidiscriminatória na cassação de mandato de mulheres que não concorreram para a fraude.....	144
4.3	Os direitos político-eleitorais de pessoas negras: uma análise da consulta nº 0600306-47.2019.6.00.0000.....	148
4.3.1	A morosidade do Legislativo no trato de normas eleitorais igualitárias para pessoas de cor preta.....	150
4.4	Os direitos político-eleitorais de pessoas indígenas: uma análise da consulta nº 0600222-07.2023.6.00.0000.....	152
4.4.1	O histórico das candidaturas indígenas, a limitação imposta por ausência de norma reguladora e a relação com critérios inclusivos e antidiscriminatórios.....	154
4.5	Os direitos político-eleitorais e o direito ao nome da candidatura da população trans e travesti: uma análise da consulta nº 0604054-58.2017.6.00.0000	159
4.5.1	Direito ao nome nas candidaturas de pessoas trans e travestis e uma decisão judicial acertada para os caminhos dos seus direitos político-eleitorais.....	161
CONCLUSÃO		167
REFERÊNCIAS.....		177